



Update on the Avery Case – First-ever Application for Changing Gender Marker in Macau

rainbow.mo

1 min read

The Avery (anonym) Case has raised some public awareness on the need of transgender people since its first appearance in the news. Before Avery's departure from Macau, she has authorised members of Rainbow of Macau Anthony Lam and Jason Chao to follow up the application for changing gender marker on her behalf. Over the past two weeks, Lam and Chao met with the acting vice-director of the DSI and the director of the Civil Registry Office of the DSAJ on Avery's case. Rainbow of Macau appreciates the open attitude of the officials in charge. We were told by the two bureaux that the absence of law regulating the change of gender marker has made their hands tied in Avery's case. We had confirmation from the DSI and the DSAJ that the Avery case has been the first formal application of its kind in Macau.

Officials of both DSI and DSAJ who we met acknowledged a need to keep Macau's law up-to-date as to adapt to the latest development of the society. The failure to reflect the newly-assigned gender on ID cards may create confusions in immigration clearance, employment and social life for transgender individuals. The lack of protection of LGBT equality is known to be weakening the competitiveness of an economy in attracting and retaining talents. Anti-discrimination measures on grounds of gender identity and sexual orientation which the UNCESCR deems necessary shall be enacted as soon as possible.

In the light of the Avery case, Rainbow of Macau now formally requests Secretary for Public Administration and Justice Sonia Chan to initiate the revision of the law in recognition of the human right of transgender people.

Meanwhile pursuant to law no. 7/2011 of Portugal Avery is applying to the Portuguese Embassy in London for updating her gender marker and first name on her Portuguese ID card.





Caso Bella | Ausência de nome feminino no BIR impede tratamentos na saúde

“Somos um grupo de pessoas normais”, diz Bella, uma transexual de Macau que fala abertamente da sua causa

ANDREIA SOFIA SILVA - 20 JUN 2015

O facto de Bella não ter o nome feminino no BIR faz com que não tenha acompanhamento médico na toma de hormonas e enfrente suspeitas diárias quanto à sua verdadeira identidade. A Associação Arco-Íris quer reunir com Sónia Chan. DSI confirma estar a estudar mudança de legislação

“Somos um grupo de pessoas normais, temos as nossas vidas como qualquer pessoa. Queremos mostrar à sociedade que há transexuais a viver em Macau com BIR.” De saia pronta, unhas cor-de-rosa e uma maquilhagem perfeita, Bella, a segunda transexual em Macau a dar a cara, conta ao HM que continua a viver diariamente as consequências de não poder mudar o nome no seu BIR. Por isso mesmo, a jovem não consegue ter um tratamento normal em questões como a saúde.

A operação foi feita na Tailândia mas a continuação do processo de mudança de sexo, com a toma de hormonas, está a ser feita sem o devido acompanhamento médico, uma vez que no sector público ou privado não aceitam Bella numa consulta de ginecologia, por não ser mulher no papel.

Para além disso, como conta, no dia-a-dia as pessoas suspeitam sempre da identidade da jovem. “Se sou mesmo a pessoa portadora do BIR... Tenho alguns inconvenientes, se for viajar, se for ao banco abrir uma conta”, contou ainda.

Bella e Avery foram as primeiras transexuais de Macau a dar a cara pelo problema, mas Avery recusou dar uma entrevista ao HM, por se encontrar em Londres e “muito ocupada”.

REVISÃO CONFIRMADA

Para já, o Executivo parece estar, pelo menos, a dar atenção ao assunto. A Direcção dos Serviços de Identificação (DSI) já confirmou que “está a estudar” a mudança de legislação para permitir a mudança de nome. Jason Chao, da Associação Arco-Íris, disse também que enviaram uma carta ao Executivo para reunir com a Secretária para a Administração e Justiça.

“Vamos ter um encontro com Sónia Chan ou com os seus representantes para falarmos do progresso de revisão da lei, porque esta questão deve ser tratada o mais depressa possível. Estes casos vão continuar a surgir e Macau precisa de ter legislação que reconheça a identidade dos transexuais. Não se pode evitar esta situação.”

Bella acredita que, desta vez, o Governo vai mesmo fazer algo pelo seu processo e pelo de Avery. “O Governo está empenhado em ajudar-nos. Se olharmos para o que acontece nas outras partes do mundo, os procedimentos para a mudança de sexo já são muito comuns e fáceis. Olhando para a tendência a nível global, penso que o processo também será fácil aqui em Macau.”

LIDAR COM A DISCRIMINAÇÃO

Actualmente Bella encontra-se sem trabalho, mas por opção. Diz querer parar para pensar. Já trabalhou numa loja de cosméticos e afirma que, caso o seu BIR tivesse o nome feminino, poderia ter maior abertura no local de trabalho local. A jovem chegou a ponderar sair de Macau, tal como fez Avery, mas decidiu ficar.

“Pensei em sair e desistir, mas acredito que viver uma boa vida aqui enquanto transexual não é impossível. Há algumas questões políticas e sociais que ainda não funcionam, mas acredito que no futuro Macau vai ser um melhor lugar”, apontou.

Se no início tinham receio, hoje os pais de Bella aceitam-na tal como é. “Os meus pais ficaram assustados no início, porque queriam que eu continuasse um rapaz. Também ficaram assustados, pois achavam que se eu mudasse de sexo teria de enfrentar a discriminação ou comportamentos estranhos por parte da sociedade.”

“Pensei em sair e desistir, mas acredito que viver uma boa vida aqui enquanto transexual não é impossível. Há algumas questões políticas e sociais que ainda não funcionam, mas acredito que no futuro Macau vai ser um

A discriminação, essa, Bella sentiu-a na pele, mas conta que aprendeu a lidar com ela. “Quando eu andava na escola secundária as reacções dos meus professores e colegas eram bastante diferentes. Alguns achavam que era estranho, que não era aceitável, mas muitos deles consideravam-me normal e queriam que vivesse a minha vida feliz. Foi uma escolha pessoal a forma como lidei com essa discriminação.”

*melhor
lugar” –
Bella*

De unhas pintadas e cara maquilhada, Bella olha-nos e diz acreditar num futuro mais risonho para a comunidade LGBT em Macau. “Quando comparamos Macau com outros lugares do mundo, mesmo a China, Hong Kong ou Taiwan, a sociedade ainda é um pouco conservadora. Ainda acredito que no futuro os cidadãos vão ter formas de abrir as mentalidades e ter maiores conhecimentos sobre os nossos direitos”, conclui.



Andreia Sofia Silva

<http://hojemacau.com.mo>

andrea.silva@hojemacau.com.mo





澳門特別行政區政府
行政法務司司長辦公室
Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça
Governo da Região Administrativa Especial de Macau

(/pt/)

18ª Sessão Plenária do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica

2015-06-30

A 18ª sessão plenária do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica realizou-se no dia 30 de Junho de 2015, às 10:00 da manhã, nas instalações da Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional. A sessão plenária foi presidida pela Secretária para a Administração e Justiça, Sónia Chan, e teve como ordem de trabalhos os seguintes assuntos: 1. Alteração da informação relativa ao sexo do titular do bilhete de identidade de residente de Macau; 2. Revisão do Regime Jurídico dos Notários Privados; 3. O limite máximo da pena para a lei da protecção dos animais.

A propósito do assunto relativo à alteração de sexo no bilhete de identidade de residente de Macau, os Conselheiros apontaram que os países e regiões adjacentes e vários países europeus em que se aplica o direito matrimonial mais conservador optaram actualmente por uma solução relativamente mais aberta face a esta questão, sendo aceite em muitos países o pedido de alteração de sexo. E mais disseram que sendo já a aceitação da alteração do sexo uma tendência do desenvolvimento social, ainda se entende indispensável ponderar várias questões que incluem as que respeitam aos valores fundamentais para a sociedade, às disposições civis e às relações matrimoniais e familiares, entre outras. Daí se entende necessário que se faça, em atitude prudente, a revisão dos respectivos regimes jurídicos, com estudos necessários e consulta pública, através da qual, serão amplamente auscultadas as opiniões das diversas camadas e sectores sociais, no sentido de entender as opiniões comuns da sociedade sobre esta questão.

Relativamente à revisão do regime jurídico dos notários privados, foram discutidos por vários Conselheiros diversos assuntos, entre os quais, destacam-se os relativos à reabertura do curso de formação de notários privados, à necessidade de fixar um limite máximo acerca do número dos notários privados em caso de se proceder à revisão do Estatuto dos Notários Privados, à forma de obter um equilíbrio do número de notários privados entre a sua procura no mercado e o número considerado adequado .

No que se refere ao limite máximo das penas estabelecido pela Lei da Protecção dos Animais, vários Conselheiros trocaram opiniões sobre o bem jurídico protegido nas disposições penais da Lei da Protecção dos Animais, os princípios fundamentais e o

limite máximo da pena a fixar. Foi considerado por muitos conselheiros que não seria apropriado prever penas demasiadamente pesadas e que as mesmas deveriam ser previstas em harmonia com todo o ordenamento jurídico penal vigente.

Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça © 2018